



Lightger S/A
CNPJ 04.430.725/0001-70

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	10
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	14
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	20
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	21
7. APLICAÇÃO FINANCEIRA – PARTES RELACIONADAS	22
8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	22
9. IMOBILIZADO.....	23
10. INTANGÍVEL	25
11. FORNECEDORES	26
12. FINANCIAMENTOS	26
13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	28
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR	28
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	29
16. CONTINGÊNCIAS	30
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	31
18. DIVIDENDOS	32
19. RECEITA LÍQUIDA	33
20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	33
21. RESULTADO FINANCEIRO.....	34
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	35
23. SEGUROS	38
24. CONTRATOS DE LONGO PRAZO	39



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Lightger S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lightger S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lightger S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Pia Leocádia de Avellar Peralta', written over the printed name and registration number.

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Ativo				Passivo			
	Notas	31/12/2018	31/12/2017		Notas	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalente de caixa	4	33	1.201	Fornecedores	11	33.765	19.809
Títulos e valores mobiliários	5	54.501	18.446	Financiamentos	12	8.614	8.616
Aplicação Financeira - Partes Relacionadas	7	-	20.040	Tributos e contribuições	13	1.178	1.213
Concessionárias e permissionárias	6	11.180	5.988	Imposto de renda e contribuição social	14	296	286
Outros créditos		23	19	Dividendos a pagar	18	1.526	908
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		65.737	45.694	Obrigações trabalhistas		83	65
				TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		45.462	30.897
Títulos e valores mobiliários	5	3.885	4.507	Financiamentos	12	71.198	79.028
Depósitos vinculados a litígios	8	1.094	1.094	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		71.198	79.028
Imobilizado	9	130.492	140.992				
Intangível	10	50	61	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		135.521	146.654	Capital social	17	79.232	79.232
				Reserva de lucros	17	788	467
				Dividendos adicionais propostos	18	4.578	2.724
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		84.598	82.423
TOTAL DO ATIVO		201.258	192.348	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		201.258	192.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA LÍQUIDA	19	45.582	41.727
CUSTO DA OPERAÇÃO	20	(31.047)	(28.341)
Encargos uso de rede		(340)	(350)
Material		(71)	(141)
Energia Comprada		(17.311)	(14.709)
Serviço de Terceiros		(2.489)	(2.158)
Depreciação e amortização		(10.587)	(10.552)
Outras		(249)	(431)
LUCRO BRUTO		14.535	13.386
DESPESAS OPERACIONAIS	20	(1.315)	(1.665)
Despesas gerais e administrativas		(1.315)	(1.665)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		13.220	11.721
RESULTADO FINANCEIRO	21	(4.179)	(5.284)
Receita		3.479	3.837
Despesa		(7.658)	(9.121)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		9.041	6.437
Imposto de renda e contribuição social	14	(2.616)	(2.614)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.425	3.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	6.425	3.823
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	6.425	3.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Em milhares de reais)**

	Notas	Capital social	Reserva de lucro		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		79.232	276	3.932	-	83.440	
Dividendos adicionais propostos e pagos		-	-	(3.932)	-	(3.932)	
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	3.823	3.823	
Destinação do resultado do exercício:							
Constituição de reserva legal	17	-	191	-	(191)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	(908)	(908)	
Dividendos adicionais propostos	18	-	-	2.724	(2.724)	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		79.232	467	2.724	-	82.423	
Dividendos adicionais propostos e pagos		-	-	(2.724)	-	(2.724)	
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	6.425	6.425	
Destinação do resultado do exercício:							
Constituição de reserva legal	17	-	321	-	(321)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	(1.526)	(1.526)	
Dividendos adicionais propostos	18	-	-	4.578	(4.578)	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		79.232	788	4.578	-	84.598	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		26.373	26.575
Caixa gerado nas operações		27.378	26.320
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		9.041	6.437
Ajuste:			
Baixa do ativo imobilizado	9	76	181
Despesa de juros sobre financiamentos	12	7.085	8.085
Depreciação e amortização	20	10.605	10.596
Atualização monetária GSF	21	571	1.021
Variações nos ativos e passivos		(1.005)	255
Concessionárias e permissionárias		(5.192)	(3.211)
Depósitos vinculados a litígios		-	25
Outros créditos		(4)	4
Fornecedores		13.385	13.176
Obrigações trabalhistas		18	(11)
Tributos, contribuições e impostos		(35)	46
Salários e contribuições sociais		-	(18)
Juros pagos sobre financiamentos	12	(6.571)	(7.129)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.606)	(2.627)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de Investimento		(15.563)	(11.933)
Títulos e valores mobiliários		(35.433)	8.784
Aplicação Financeira - Partes Relacionadas		20.040	(20.040)
Aquisições de bens do ativo intangível	10	-	(7)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	9	(170)	(670)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(11.978)	(13.521)
Amortização do principal de financiamentos	12	(8.346)	(8.278)
Pagamento de dividendos	18	(3.632)	(5.243)
Aumento de (Redução) do saldo Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.168)	1.121
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.201	80
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		33	1.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lightger S.A. (“Lightger” ou “Companhia”) é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Foi constituída em 11 de maio de 2001, como sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de Lightger Ltda. Em 27 de agosto de 2009, a Assembleia Geral de Transformação (“AGT”) aprovou a transformação de sociedade limitada (Ltda.) para sociedade por ações de capital fechado (S.A.) sob a denominação de Lightger S.A. A área de atuação operacional da Companhia é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). O prazo de autorização da Companhia é de 30 anos, conforme Resolução nº 63 de 2001, publicada em 16 de fevereiro de 2001, com vencimento previsto para 15 de fevereiro de 2031, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL.

O parágrafo único da Resolução nº 63, de 16 de fevereiro de 2001 emitido pela ANEEL, estabelece que a energia produzida pela autorizada Lightger destina-se à comercialização na modalidade de produção independente, em conformidade com as condições estabelecidas nos arts.12,15 e 16 da Lei nº 9.074 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, bem como no art. 26 da Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996, com a redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

A Companhia tem por objeto a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Paracambi, nos termos e prazos constantes da respectiva resolução ANEEL nº 525, de 3 de dezembro de 2001.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha como seus controladores diretos a Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), sociedade anônima de capital aberto, e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, e a Light S.A., sociedade anônima de capital aberto.

A PCH foi construída em Ribeirão das Lajes, município de Paracambi - RJ. Seu reservatório atinge, além de Paracambi, os municípios de Piraí e Itaguaí. A usina possui duas unidades geradoras: Kaplan vertical de 12,85MW cada, totalizando uma potência instalada de 25,7MW. A energia assegurada é de 19,53MW médios e é interligada ao sistema de subtransmissão da concessionária local Light Serviços de Eletricidade S/A em tensão de 138kV. A interligação é na linha de transmissão que atende a subestação Nilo Peçanha.

A primeira unidade geradora entrou em operação em 18 de maio de 2012 e a segunda unidade geradora em 15 de julho de 2012.

Da garantia física da PCH Paracambi, 19,53MW estão comercializados para as partes relacionadas Light Energia S.A. (9,945MW médios) e CEMIG Geração e Transmissão S.A. (9,555MW médios), mediante contratos bilaterais em conformidade com a legislação pertinente à regulamentação da

ANEEL, à Convenção de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), às regras de comercialização e aos procedimentos de comercialização.

Os referidos contratos celebrados no ambiente livre têm o período de fornecimento iniciado no dia 1º de abril do ano de 2012 e o término do fornecimento no dia 30 de junho do ano de 2028.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 22 de abril de 2019, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na nota explicativa 22.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em

um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 11 - Fornecedores (Compra de Energia - CCEE)

Nota 16 - Contingências

Nota 20 - Energia elétrica comprada

2.5 Revisão de Normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018

2.5.1 CPC 48 - Instrumentos financeiros.

O CPC 48 substitui o CPC 38 para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de hedge.

Classificação de ativos e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) e para os passivos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio do resultado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Companhia realizou uma avaliação detalhada do CPC 48 (classificação dos ativos e passivos financeiros), e não foram identificados impactos significativos para as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as mudanças na classificação dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01.01.2018
Ativos financeiros (circulante/não circulante)			
Equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.201
Títulos e valores mobiliários	Mantidos para negociação	Custo amortizado	4.507
Títulos e valores mobiliários (Cotas de fundos de investimento)	Mantidos para negociação	VJR	18.446
Aplicação Financeira - Partes Relacionadas (NP)	Mantidos para negociação	VJR	20.040
Concessionárias e permissionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	5.998
Total de ativos financeiros			50.192
Passivos financeiros (circulante/não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	19.809
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	87.644
Total de passivos financeiros			107.453

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Os novos requerimentos gerais para contabilidade de hedge mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes no CPC 38 que são: hedge de fluxo de caixa, hedge de valor justo e hedge de investimento líquido no exterior.

O CPC48 traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de hedge, especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de hedge.

A Companhia não opera com contabilidade de hedge (hedge accounting) e não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

Redução ao valor recuperável (impairment)

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas esperadas”. Essa alteração do modelo, tem como objetivo reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Com base no novo pronunciamento, não foram feitas provisões para perdas. A Companhia não possui expectativa de perda baseado no histórico médio de faturamento dos últimos 12 meses, visto que o saldo do contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos, dessa forma a adoção do CPC 48 não trouxe alteração na situação patrimonial e financeira da Companhia.

2.5.2 CPC 47 - Receita de contratos com clientes.

O CPC 47 substituiu as orientações de reconhecimento da receita presente no CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e do CPC 30 (R1) – Receitas e as interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A norma exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma determina que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus

de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

A Companhia realizou uma avaliação detalhada do CPC 47 e não identificou impactos significativos para as demonstrações financeiras.

2.6 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2018

As novas normas, alterações e interpretações descritas a seguir entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não os adotou de forma antecipada.

2.6.1 IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17), vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) arrendamento de curto prazo (prazo inferior ou igual a doze meses); e (ii) arrendamentos para os quais o ativo é de baixo valor ou tenha como base pagamentos variáveis de arrendamento.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pelo CPC 06 (R2), o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando nesta nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos em 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com o CPC 06 (R2), a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

O impacto identificado pela adoção do CPC 06 (R2) nos ativos e passivos da Companhia foi pelo arrendamento operacional de locação de imóvel.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos do CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Consolidado	Saldo em 01.01.2019
Ativos de direito de uso	91
Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	91

2.6.2 IFRIC 23 (ICPC 22) - Incertezas sobre tratamentos de imposto de renda

Esta Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia está avaliando os efeitos da adoção dessa nova norma.

2.6.3 Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Modificações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados;
- Modificações à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- Alterações na IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e na IAS 28 (CPC 18 (R2)): Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto; e
- Modificações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)), IAS 31 (CPC 19 (R2)), IAS 23 (CPC 20 (R1)) e IAS 12 (CPC 32) - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

3.1.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos

financeiros.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao custo amortizado compreendem equivalentes de caixa e os créditos com concessionárias e permissionárias.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como ao valor justo através do resultado compreendem as cotas de

fundos de investimento (títulos e valores mobiliários) e as notas promissórias da Light Serviço de Eletricidade S.A. (aplicações financeiras).

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

3.1.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus passivos de acordo com a seguinte categoria:

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica aos fornecedores e financiamentos. Para mais informações, vide notas explicativas 11 e 12, respectivamente.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente

diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

3.3 Concessionárias e permissionárias

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da CCEE.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada, quando aplicável, com base em estimativas da Administração em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

3.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da autorização ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor, inclusive os terrenos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa 9.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.5 Ativo intangível

Ativos intangíveis que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.6 Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos no mínimo no fim de cada exercício social e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.

Eventuais ajustes nos métodos de amortização, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos de forma prospectiva na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

3.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados.

Em 31 de dezembro de 2018, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.8 Provisões

3.8.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A provisão é constituída mediante avaliação, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração.

3.8.2 Provisões para riscos fiscais e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais e cíveis são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possui processos de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas avaliadas por seus consultores jurídicos internos e externos com probabilidade de perda provável que devessem ser reconhecidas em suas demonstrações financeiras.

3.9 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia avalia se a respectiva receita será apresentada líquida de perdas estimadas.

3.9.1 Receita de venda de energia

É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. A Companhia possui contratos para venda de energia firmados com suas partes relacionadas Light Energia S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A. Maiores detalhes nas notas explicativas nº 1 e nº 15.

3.9.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido, considerando as seguintes taxas:

Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita e alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.

Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Contas Bancárias	33	1.201
Total	33	1.201

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 22.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2018	31/12/2017
	TVM Disponíveis P/Negociação	TVM Disponíveis P/Negociação
Circulante		
Fundo de investimento ⁽ⁱ⁾		
Certificados de Depósitos Bancários	-	490
Letras Financeiras - Bancos	45.167	14.016
Letras Financeiras do Tesouro	6.682	2.659
Debêntures	621	701
Outros	2.031	580
Total	54.501	18.446
Não Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários		
Conta Reserva - BNDES ⁽ⁱⁱ⁾	3.885	4.507
Total	3.885	4.507

Os títulos e valores mobiliários são representados por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado e correspondiam a:

- i. Fundo de investimento com aplicações em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI.
- ii. Conta reserva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Esse saldo é aplicado no Bradesco S.A., e está vinculado à garantia do financiamento do BNDES (vide nota explicativa nº12). Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES.

A remuneração média dos títulos e valores mobiliários é de 102,32% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (103,67% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2018	31/12/2017
Suprimento a Outras Concessionárias ^(a)	3.428	-	-	3.428	3.422
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	-	7.752	7.752	2.566
Total	3.428	-	7.752	11.180	5.988

^(a) Refere-se à contas a receber de venda de energia própria para Light Energia e Cemig GT

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 7.752 (R\$ 2.566 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica concessionárias e permissionárias, referente a inadimplência da liquidação da CCEE.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a concessionárias e permissionárias é divulgada na nota explicativa 22.

7. APLICAÇÃO FINANCEIRA – PARTES RELACIONADAS

	31/12/2018	31/12/2017
Aplicação Financeira - Partes Relacionadas ^(a)	-	20.040
Total	-	20.040

^(a) Refere-se a Aplicação Financeira em nota promissória da Light Serviços de Eletricidade S/A.

Esta aplicação financeira refere-se a notas promissórias da Light Serviço de Eletricidade S.A., coordenada pela XP Investimentos e pelo Itaú BBA, contendo a remuneração de CDI + 3,50% a.a., com prazo de 397 dias, podendo ser resgatada quando da liquidação do FIDC.

A Lightger, em 18 de junho de 2018, efetuou o resgate do montante aplicado na nota promissória da Light Serviço de Eletricidade S.A..

8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos vinculados a litígios		
Fiscais	1.094	1.094
Total	1.094	1.094

Os depósitos vinculados a litígios no montante de R\$1.094 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, refere-se principalmente ao processo de nº 0002417-52.2010.8.19.0039 de 02 de junho de 2010, em trâmite perante a Vara Única de Paracambi (RJ), movido pela construtora Quebec (empresa formadora do Consórcio Construtor Paracambi - CCPA - responsável pelas obras civis da PCH Paracambi) contra o município de Paracambi (RJ). Este processo tem como objetivo obrigar o município de Paracambi a deduzir da base de cálculo do ISS o valor dos materiais utilizados na prestação do serviço de construção civil.

Para suspensão do débito tributário, a Lightger recebeu uma intimação referente a esse processo, movido pela construtora Quebec, para que os valores retidos da mesma, a título de ISS, fossem depositados integralmente em juízo. Se a decisão for favorável à Construtora, esta terá direito a restituição de parte do valor depositado em Juízo. A Lightger não é parte neste processo, portanto, não há obrigação solidária.

Os valores correspondentes ao ISS a pagar pela Lightger para a Prefeitura de Paracambi decorrentes deste processo estão provisionados e apresentados na nota explicativa nº13.

9. IMOBILIZADO

Segue abaixo a composição do imobilizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31/12/2018				31/12/2017			
	Taxa média anual	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média anual	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em Serviço								
Geração								
Terrenos	5,50%	18.751	(6.193)	12.558	5,50%	18.751	(5.161)	13.590
Reservatórios, barragens e adutoras	5,60%	86.831	(29.184)	57.647	5,60%	86.831	(24.446)	62.385
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,73%	2.436	(717)	1.719	5,73%	2.436	(576)	1.860
Máquinas e equipamentos	5,51%	85.643	(28.879)	56.764	5,51%	85.643	(24.208)	61.435
Móveis e utensílios	6,44%	19	(6)	13	6,44%	19	(4)	15
		193.680	(64.979)	128.701		193.680	(54.395)	139.285
Administração								
Máquinas e equipamentos	14,31%	80	(60)	20	14,31%	75	(52)	23
Móveis e utensílios	6,25%	40	(16)	24	6,25%	40	(14)	26
		120	(76)	44		115	(66)	49
		193.800	(65.055)	128.745		193.795	(54.461)	139.334
Em curso								
Reservatórios, barragens e adutoras		-	-	-		6	-	6
Material em Depósito		1.741	-	1.741		1.652	-	1.652
Máquinas e equipamentos		6	-	6		-	-	-
		1.747	-	1.747		1.658	-	1.658
Imobilizado Líquido		195.547	(65.055)	130.492		195.453	(54.461)	140.992

Segue abaixo a movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências / Capitalizações	Saldos em 31/12/2018
Em Serviço						
Terrenos	13.590	-	-	(1.032)	-	12.558
Reservatórios, barragens e adutoras	62.385	-	-	(4.738)	-	57.647
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.860	-	-	(141)	-	1.719
Máquinas e equipamentos	61.458	-	(8)	(4.679)	13	56.784
Móveis e utensílios	41	-	-	(4)	-	37
	139.334	-	(8)	(10.594)	13	128.745
Em Curso						
Reservatórios, barragens e adutoras	6	-	(6)	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	-	20	(1)	-	(13)	6
Material em Depósito	1.652	150	(61)	-	-	1.741
	1.658	170	(68)	-	(13)	1.747
Imobilizado Líquido	140.992	170	(76)	(10.594)	-	130.492

A Companhia está depreciando os ativos da usina pelo método linear respeitando a vida útil do bem e pelo prazo da concessão, utilizando o método de custo histórico, pois considera que estes não podem ser negociados, doados ou cedidos e fazem parte do projeto original, bem como serão entregues ao poder concedente ao final da autorização sem indenização.

Garantias da PCH Paracambi:

O empreendimento PCH Paracambi tem a garantia do consórcio construtor, sendo, o período de garantia de cada item ou sistema do empreendimento de 18 meses após a emissão do respectivo Certificado de Aceitação Provisória (“CAP”), previstos no contrato com o CCPA. Em agosto de 2012, foram emitidos os CAPs 1, 2 e 3 com ressalvas que, conforme cláusula contratual, não provoca o início da vigência do período garantia para os itens do CAP nos quais tenham pendências a serem cumpridas.

O último CAP 4, refere-se à recuperação das áreas que foram impactadas durante o processo de construção da PCH Paracambi, incluindo áreas de empréstimos, jazidas, bota foras, canteiro de obras, alojamento, canal de drenagem e acessos provisórios, seguindo as especificações técnicas que compõem o contrato de Engineering, Procurement and Construction (“EPC”).

Em janeiro de 2017 foi realizada vistoria técnica para levantamento das pendências referentes às obras civis na PCH Paracambi. Estas pendências foram regularizadas em junho de 2017, restando pendências eletromecânicas e o PRAD - Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas, que deverá contemplar todos os itens previstos na Especificação Técnica, com projeto para cada área que sofreu algum tipo de intervenção durante a fase de implantação do empreendimento.

Em julho de 2017 foi realizada nova vistoria para diagnóstico da atual situação das áreas impactadas. A partir desse diagnóstico o CCPA deveria elaborar e executar o Projeto de Recuperação, o que não ocorreu. Além disso ainda consta como pendente a outorga do poço que atende a usina. O processo administrativo para emissão de outorga aberto em 2011 não teve continuidade e a Companhia ainda não obteve a autorização.

Em outubro de 2017 a Lightger comunicou a seguradora Fairfax que ao final deste mês se encerraria o prazo de vigência da garantia contratada pela construtora Quebec. Visto a proximidade do novo vencimento, o descumprimento de cláusulas e obrigações previstas no contrato e ausência da confirmação de renovação da apólice vigente, iniciamos a abertura do processo de expectativa de sinistro.

Para evitar sanções e multas, a Companhia contratou uma consultoria para a regulamentação e obtenção da Outorga do poço artesiano que abastece a PCH Paracambi com abertura de processo junto ao INEA em março de 2018, que até a presente data encontra-se em análise.

O Termo de Quitação Final de Obrigações e Encerramento Contratual, somente poderá ser emitido após a emissão do Certificado de Aceitação Final.

Conforme estabelecido no contrato de EPC, era de responsabilidade do Consórcio Construtor a contratação de diversos seguros, dentre eles o seguro garantia da PCH Paracambi. Em razão do inadimplemento contratual do Consórcio Construtor, a Companhia promoveu a execução dos seguros contratados por meio de Abertura de Reclamação do Sinistro junto às Seguradoras J. Malucelli Seguradora S/A e Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S/A.

Diante da negativa de cobertura da J. Malucelli Seguradora S/A, em 06 de março de 2018, foi dado entrada com processo judicial nº 0061287-29.2018.8.19.0001 contra J. Malucelli. Trata-se de demanda visando o recebimento de indenização securitária da J. Malucelli, correspondente aos prejuízos sofridos pela Lightger em razão do inadimplemento contratual do Consórcio Construtor Paracambi – CCP. Este processo encontra-se aguardando a apresentação de defesa pela ré.

Em relação à Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S/A, a Companhia aguarda a análise definitiva dos documentos por parte da seguradora para a emissão do Relatório de Regulação concedendo ou negando o direito de recebimento dos seguros. Este processo continua em fase de análise de documentação, pois a seguradora vem solicitando vários documentos referentes a esse processo. Cabe ressaltar que não existe nenhum valor registrado decorrente dos fatos mencionados acima e a Companhia possui seguro contratado conforme nota explicativa nº 23.

10. INTANGÍVEL

Segue abaixo a composição do intangível em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31/12/2018				31/12/2017			
	Taxa média anual	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média anual	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em Serviço								
Servidão de passagem	5,50%	27	(9)	18	5,50%	27	(7)	20
Software	20,00%	285	(253)	32	20,00%	285	(244)	41
Intangível Líquido		312	(262)	50		312	(251)	61
Total do Intangível		312	(262)	50		312	(251)	61

Segue abaixo a movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	Transferências / Capitalizações	Saldos em 31/12/2018
Em Serviço						
Servidão de passagem	20	-	-	(2)	-	18
Software	41	-	-	(9)	-	32
Intangível Líquido	61	-	-	(11)	-	50
Total do Intangível	61	-	-	(11)	-	50

11. FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Compra de Energia - CCEE ⁽ⁱ⁾	32.621	19.327
Materiais	525	7
Serviços	563	419
Outros	56	56
Total	33.765	19.809

(i) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía um saldo em aberto de R\$32.621 (R\$19.327 em 31 de dezembro de 2017) referente a liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE provocado pelo GSF menor que 1.

A Companhia possui uma liminar com o objetivo de questionar a exposição financeira, conforme descrito na nota explicativa 16.

12. FINANCIAMENTOS

A Companhia possui financiamentos junto ao BNDES com as seguintes garantias:

- Direitos creditórios provenientes dos Contratos de Compra de Energia firmados com a Light Energia S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A.;
- Direitos Emergentes da Autorização concedida pela ANEEL; e
- Totalidade das Ações da Lightger pertencentes à Light S.A.

O principal da dívida decorrente deste contrato está sendo pago ao BNDES em 192 (cento e noventa e duas) prestações mensais. A primeira prestação foi paga em 15 de julho de 2012, comprometendo-se a liquidar a última prestação em 15 de junho de 2028. Conforme descrito na nota explicativa 5, a título de garantia, a Companhia deverá manter uma aplicação restrita de 3 (três) vezes o valor da prestação devida em conta vinculada a ser mantida no Bradesco.

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 22.

Abaixo segue quadro com condições contratuais do financiamento da Companhia em 31 de dezembro de 2018:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais %	Moedas	31/12/2018			31/12/2017
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
BNDES - Subcrédito A	2028	TJLP + 1,97%	R\$	6.851	56.627	63.478	69.707
BNDES - Subcrédito B	2028	TJLP + 1,97%	R\$	156	1.293	1.449	1.591
BNDES - Subcrédito C	2028	TJLP + 1,97%	R\$	1.607	13.278	14.885	16.346
Dívida em Moeda Nacional				8.614	71.198	79.812	87.644
Total de Financiamentos				8.614	71.198	79.812	87.644

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2018:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Moedas							
Real / Indexador							
TJLP + 1,97%	8.084	8.084	8.084	8.084	8.084	30.778	71.198
Total por Indexador	8.084	8.084	8.084	8.084	8.084	30.778	71.198

Seguem abaixo as movimentações do financiamento nos exercícios:

	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	94.643	323	94.966
Juros financeiros provisionados	-	8.085	8.085
Juros e encargos financeiros pagos	-	(7.129)	(7.129)
Transferência de encargos	981	(981)	-
Amortização de financiamentos	(8.278)	-	(8.278)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	87.346	298	87.644
Juros financeiros provisionados	-	7.085	7.085
Juros e encargos financeiros pagos	-	(6.571)	(6.571)
Transferência de encargos	574	(574)	-
Amortização de financiamentos	(8.346)	-	(8.346)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	79.574	238	79.812

Covenants

O financiamento junto ao BNDES prevê a manutenção dos seguintes indicadores financeiros ao final de cada exercício: (i) índice de cobertura do serviço da dívida (requerido índice superior a 1,2) e (ii) índice de cobertura do capital próprio (requerido ser igual ou superior a 25%). Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia obteve *waiver* do BNDES com a anuência para a dispensa da obrigação prevista no inciso XX da Cláusula Nona do Contrato de financiamento relativa ao indicador (i) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, uma vez que não atenderia a este indicador nesta data.

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	31/12/2018	31/12/2017
INSS a pagar	16	15
PIS/COFINS a pagar	142	149
ISS (*)	1.007	1.037
FGTS	5	4
Outros	8	8
Total	1.178	1.213

(*) Valor refere-se principalmente ao ISS a pagar correspondente ao depósito judicial pertencente a Companhia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 8.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ / CSLL a pagar	296	286
Total	296	286

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de lucro presumido.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela apuração das alíquotas fiscais combinadas e debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de Energia e Outros	47.309	47.309	43.308	43.308
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo - Suprimento de Energia e Outros	3.785	5.677	3.465	5.197
Receitas Financeiras	3.479	3.479	3.837	3.837
Base de cálculo para cálculo dos impostos	7.263	9.156	7.302	9.034
Alíquota do Imposto	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto Apurado	(1.792)	(824)	(1.801)	(813)
	(2.616)		(2.614)	

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R\$5.084, os quais não foram registrados em função da opção pelo regime de tributação pelo lucro presumido. Caso, no futuro, a Companhia opte pelo regime de tributação pelo lucro real, fará jus a eventuais créditos fiscais de prejuízos fiscais e bases negativa de contribuição social gerados a partir do momento da opção pelo lucro real.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Lightger S.A. tem como seus acionistas (i) Light S.A.; e (ii) Cemig Geração e Transmissão S.A.

Segue resumo das transações com partes relacionadas nos exercícios de 2018 e 2017.

Grupos Balço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Lightger	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	<u>Contrato estratégico</u>									
Cientes	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a Light Energia - Está sob controle comum	Light Energia	2.005	2.001	-	-	20.513	20.216	-	-
	<u>Contrato estratégico</u>									
Cientes	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT - Acionista	CEMIG GT	1.423	1.421	-	-	19.711	19.424	-	-
	<u>Contrato estratégico</u>									
Fornecedor	Contrato de operação e manutenção com a Light Energia - Está sob controle comum	Light Energia	-	-	169	167	-	-	1.115	1.091
	<u>Contrato estratégico</u>									
Fornecedor	Aluguel de parte do edifício pertencente a Light SESA. O valor atual por mês do aluguel é de R\$4. - Está sob controle comum	Light SESA	-	-	-	-	-	-	52	49
	<u>Contrato estratégico</u>									
Fornecedor	Contrato de uso do sistema de distribuição energia elétrica com a Light SESA - Está sob controle comum	Light SESA	-	-	-	-	-	-	340	350

Segue quadro resumo dos contratos firmados com partes relacionadas:

Grupos Balço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Lightger	Valor Original	Data	Data de vencimento ou prazo	Saldo remanescente 31/12/2018
	<u>Contrato estratégico</u>					
Cientes	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a Light Energia - Está sob controle comum	Light Energia	217.213	dez/10	jun/28	194.980
	<u>Contrato estratégico</u>					
Cientes	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT - Acionista	CEMIG GT	208.818	dez/10	jun/28	187.333
	<u>Contrato estratégico</u>					
Fornecedor	Contrato de operação e manutenção com a Light Energia - Está sob controle comum	Light Energia	4.325	abr/15	abr/19	415
	<u>Contrato estratégico</u>					
Fornecedor	Aluguel de parte do edifício pertencente a Light SESA. O valor atual por mês do aluguel é de R\$4. - Está sob controle comum	Light SESA	4	abr/11	mar/20	65
	<u>Contrato estratégico</u>					
Fornecedor	Contrato de uso do sistema de distribuição de energia elétrica com a Light SESA - Está sob controle comum	Light SESA	Variável	jul/11	12 meses com renovação automática por igual período	N/A

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com as condições acordadas entre as partes, que são equivalentes as condições de mercado.

Remuneração dos Administradores

Todos os conselheiros e diretores renunciaram a remuneração anual dos exercícios apresentados nessa demonstração financeira.

16. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Saldo	Quantidade de processos	Saldo	Quantidade de processos
Fiscais	4.565	2	4.435	2
Cíveis	32.629	2	19.327	1
Total	37.194	4	23.762	3

a) Fiscais

ISS (Autos de Infração nº3188/2010 e 563/2010) Trata-se de processos administrativos que tramitam perante a Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Paracambi/RJ, por ter a Companhia deixado de recolher o ISS em sua totalidade referente aos serviços prestados de construção civil. A Companhia apresentou impugnações em face destas autuações. Os dois autos aguardam julgamento em 1ª instância administrativa. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$4.565 (R\$4.435 em 31 de dezembro de 2017).

b) Cível

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

Em 31 de dezembro de 2018, havia duas ações cíveis envolvendo o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE provocado pelo Generation Scaling Factor – GSF. A ação ordinária, movida pela Light Energia, Lightger e Aliança Geração de Energia S.A, processo nº 38848-51.2015.4.013400, com o objetivo de questionar a exposição financeira decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE provocado pelo GSF menor que 1. Na referida demanda, foi antecipado os efeitos da tutela, determinando à Agência que, até decisão final, abstenha-se de proceder o ajuste do MRE, caso a geração total do MRE seja inferior à garantia física.

Foi prolatada sentença favorável na ação sobre o GSF, para limitação do risco hidrológico em 95%, tendo a ANEEL recorrido da referida decisão. O valor do GSF relativo à Lightger vem sendo devidamente provisionado na rubrica de fornecedores em contrapartida ao resultado, embora os pagamentos não estejam sendo realizados em função dos efeitos da liminar mencionada acima.

Inobstante a decisão acima, foi necessário, também, o ajuizamento Mandado de Segurança, processo nº 1005338-30.2015.4.01.3400, com o objetivo de proteger a Lightger dos efeitos

das decisões judiciais que limitam o Fator "Generation Scaling Factor" – GSF dos demais agentes. Neste caso foi deferida liminar para que a Companhia não precisasse efetuar o rateio do GSF dos demais agentes.

O Mandado de Segurança foi extinto sem julgamento de mérito, tendo o juízo entendido que a Aneel não poderia figurar como autoridade coatora. Em razão desta decisão, a Companhia ajuizou nova ação ordinária, processo nº 0032638-47.2016.4.01.3400, com pedido de antecipação de tutela, visando se proteger dos efeitos das liminares dos demais agentes.

A tutela antecipada foi deferida de maneira que a Companhia não poderá sofrer os ônus financeiros de quaisquer decisões judiciais obtidas por outros agentes, já proferidas ou que venham a ser proferidas no curso da ação, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos. O prognóstico de perda das referidas ações é possível.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Lightger S.A. está representado por 79.078.937 ações ordinárias escriturais sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$79.232, conforme a seguir:

Acionistas	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor R\$	Quantidade de ações	% Participação	Valor R\$	Quantidade de ações	% Participação
Light S.A.	40.408	40.330.258	51,000	40.408	40.330.258	51,000
Cemig GT	38.824	38.748.679	49,000	38.824	38.748.679	49,000
Total	79.232	79.078.937	100,00	79.232	79.078.937	100,00

b) Reserva legal

Do lucro líquido de cada exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Segue abaixo o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	6.425	3.823
Média ponderada do número de ações ordinárias	79.078.937	79.078.937
Lucro básico e diluído por ações ordinárias em R\$/mil	0,0812	0,0483

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possui nenhum instrumento dilutivo.

18. DIVIDENDOS

Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Dividendos adicionais propostos: A parcela excedente do lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, que está condicionada a aprovação do BNDES em face do cumprimento pela de cláusula dos “covenants” constantes no Contrato de financiamento do BNDES.

Os dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2018 foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	31/12/2018	R\$/Ação	31/12/2017	R\$/Ação
Lucro líquido do exercício	6.425		3.823	
Reserva Legal	(321)		(191)	
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	6.104	0,0772	3.632	0,0459
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(1.526)	(0,0193)	(908)	(0,0115)
Dividendos adicionais propostos	(4.578)	(0,0579)	(2.724)	(0,0344)

A formação do saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Saldo	R\$/Ação
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de Dezembro de 2017	908	0,0115
Dividendos adicionais propostos - Deliberados na AGO de 27/04/2018	2.724	0,0344
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.526	0,0193
Dividendos pagos no exercício de 2018	(3.632)	
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de Dezembro de 2018	1.526	

19. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2018	31/12/2017
Suprimento de Energia	40.223	39.640
Outras	7.085	3.668
RECEITA BRUTA	47.309	43.308
PIS/COFINS	(1.727)	(1.581)
IMPOSTO SOBRE RECEITA	(1.727)	(1.581)
RECEITA LÍQUIDA	45.582	41.727

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL) com as partes relacionadas Light Energia S.A e Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Adicionalmente, em caso de eventuais sobras ou faltas de energia gerada em relação à energia contratada para venda, a Companhia precisa recorrer ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo.

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	31/12/2018
	Com Energia	De Operação	Total	Gerais e Admin	
Encargos uso de rede	-	(340)	(340)	-	(340)
Pessoal	-	-	-	(667)	(667)
Material	-	(71)	(71)	(2)	(73)
Energia Comprada *	(17.311)	-	(17.311)	-	(17.311)
Serviço de Terceiros	-	(2.489)	(2.489)	(488)	(2.977)
Depreciação e amortização	-	(10.587)	(10.587)	(18)	(10.605)
Seguros	-	(173)	(173)	-	(173)
Aluguéis	-	-	-	(70)	(70)
Outras	-	(76)	(76)	(70)	(146)
Total	(17.311)	(13.736)	(31.047)	(1.315)	(32.362)

	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	31/12/2017
	Com Energia	De Operação	Total	Gerais e Admin	
Encargos uso de rede	-	(350)	(350)	-	(350)
Pessoal	-	-	-	(947)	(947)
Material	-	(141)	(141)	(4)	(145)
Energia Comprada *	(14.709)	-	(14.709)	-	(14.709)
Serviço de Terceiros	-	(2.158)	(2.158)	(506)	(2.664)
Depreciação e amortização	-	(10.552)	(10.552)	(44)	(10.596)
Seguros	-	(192)	(192)	-	(192)
Aluguéis	-	-	-	(87)	(87)
Outras	-	(239)	(239)	(77)	(316)
Total	(14.709)	(13.632)	(28.341)	(1.665)	(30.006)

* Valor referente ao ajuste CCEE que é o resultado (a pagar ou a receber) da diferença entre a energia medida e a contratada por agente, valorada ao PLD (preço de liquidação das diferenças) para efeito de liquidação financeira na CCEE.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS		
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.579	3.810
Outras receitas financeiras	(100)	27
	3.479	3.837
DESPESAS		
Encargos de dívida	(7.085)	(8.085)
Atualização monetária GSF	(571)	(1.021)
Outras despesas financeiras	(2)	(15)
	(7.658)	(9.121)
RESULTADO FINANCEIRO	(4.179)	(5.284)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Categoria	Níveis	31/12/2018		31/12/2017	
			Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo Amortizado	2	33	33	1.201	1.201
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	Custo Amortizado	2	3.885	3.885	4.507	4.507
Títulos e valores mobiliários (nota 5) - Fundos de Investimentos	VLR		54.501	54.501	18.446	18.446
Aplicação Financeira - Partes Relacionadas (nota 7)	VLR	2	-	-	20.040	20.040
Concessionárias e permissionárias (nota 6)	Custo Amortizado	2	11.180	11.180	5.988	5.988
Outros Créditos	Custo Amortizado	2	23	23	19	19
			69.622	69.622	50.201	50.201
PASSIVO						
Fornecedores (nota 11)	Custo Amortizado	2	33.765	33.765	19.809	19.809
Financiamentos (nota 12)	Custo Amortizado	2	79.812	79.812	87.644	87.644
			113.577	113.577	107.453	107.453

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Composição da dívida (não inclui encargos financeiros):

	31/12/2018	31/12/2017
TJLP	79.574	87.346
Total Geral Moeda nacional (circulante e não circulante)	79.574	87.346

b) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2019. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 (em 04 de fevereiro de 2019).
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 08 de fevereiro de 2019).

Operação	Risco	R\$		
		Cenário (I) Provável	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		(156)	792	1.741
Aplicações Financeiras	CDI	(156)	792	1.741
PASSIVOS FINANCEIROS		(40)	(1.443)	(2.845)
BNDES	TJLP + Spread Fixo *	(40)	(1.443)	(2.845)
TOTAL		(196)	(651)	(1.104)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		6,32%	7,90%	9,48%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
TJLP (% fim do exercício) + Spread Fixo 1,97%		9,00%	10,76%	12,52%

* TJLP de 7,03% + Spread Fixo 1,97%

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados pela Companhia são apresentados na nota explicativa 12.

A gestão das aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Financiamentos	3.673	10.557	60.577	32.575	107.382
Fornecedores	4.886	14.525	4.779	4.961	29.151

d) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. O risco de crédito de contas a receber encontra-se reduzido, pois os clientes são partes relacionadas da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, com instituições financeiras avaliadas por agências de *rating*.

e) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado.

f) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	31/12/2018	31/12/2017
Dívida de financiamentos	79.812	87.644
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	(33)	(1.201)
(-) Títulos e Valores Mobiliários (nota 5) - Fundos de Investimento	(54.501)	(18.446)
(-) Aplicação Financeira - Partes Relacionadas (nota 7)	-	(20.040)
Passivo Líquido (A)	25.278	47.957
Total do Patrimônio Líquido (B)	84.598	82.423
Relação Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido	0,30	0,58
Índice de alavancagem financeira - % (A/(B+A))	23%	37%

23. SEGUROS

A Companhia possui seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2018:

Seguro de Riscos Operacionais: cobre os danos causados à PCH, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "AllRisks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Segue abaixo a composição dos principais seguros considerados pela Administração:

Cobertura	Data de Vigência		Importância segurada	Prêmio Bruto (considerando Custo de apólice + IOF)
	De	Até		
Responsabilidade Civil e Geral	08/01/2018	08/01/2019	R\$10.000	R\$16
Riscos Operacionais ⁽¹⁾	08/01/2018	08/01/2019	R\$137.871	R\$157

⁽¹⁾ Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$110.000 - Indenização

⁽¹⁾ Valor Total em Risco de R\$137.871

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

24. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia contratada Total (MW médio)
2020	19,5
2021	19,5
2022	19,5
2023	19,5
2024 a 2028	97,5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Fernando de Almeida Guimarães	João Vieira de Araújo
Renato Osório Ferreira	Felipe Pinheiro da Cruz
Renato Mendonca Parentoni	Caio Simões de Lima
Guilherme Rodrigues de Paula Chiari	Aline Bracks Ferreira
Flávio de Almeida Araújo	Marcelo de Deus Melo

DIRETORIA EXECUTIVA

João Carlos Mello Ribeiro do Carmo	Alexandre Vidigal Pereira Pinto
Diretor Administrativo Financeiro	Diretor Técnico Comercial

CONTADOR

Rafael de Azevedo Meneses
CPF 052.861.107-03
CRC-RJ 094844/O-1